



Universidades Lusíada

Monteiro, Maria Alcina

Serviço social, marginalização e política social

<http://hdl.handle.net/11067/3990>

Metadados

Data de Publicação	1996
Resumo	A intervenção relativamente a fenómenos de marginalização e/ou exclusão (social, económica, política e cultural) aos mais diversos níveis de incidência (individual, familiar ou de sectores mais ou menos amplos da população) sempre se inscreveu (e inscrevera) no âmbito da acção dos assistentes sociais. Esta característica que persistentemente tem acompanhado o Serviço Social decorre da não menos persistente manifestação dos problemas de marginalização e/ou exclusão, nas suas múltiplas e/ou mais o...
Palavras Chave	Problemas sociais - Prevenção, Política social, Acção social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 13-14 (1996)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T02:05:07Z com informação proveniente do Repositório

SERVIÇO SOCIAL, MARGINALIZAÇÃO E POLÍTICA SOCIAL ¹

*Alcina Monteiro **

A intervenção relativamente a fenómenos de marginalização e/ou exclusão (social, económica, política e cultural) aos mais diversos níveis de incidência (individual, familiar ou de sectores mais ou menos amplos da população) sempre se inscreveu (e inscreverá) no âmbito da acção dos assistentes sociais.

Esta característica que persistentemente tem acompanhado o Serviço Social decorre da não menos persistente manifestação dos problemas de marginalização e/ou exclusão, nas suas múltiplas e/ou mais ou menos extensas expressões ao nível das condições de vida da população, qualquer que seja o contexto social de referência.

Se é certo que os problemas são idênticos, os mecanismos e processos sociais que historicamente são produzidos e accionados pela sociedade para os enfrentar (e/ou atenuar) são contextualmente muito diversos. É no quadro desses processos que, na nossa perspectiva, poderá ser elucidada a natureza da intervenção profissional, na sua vinculação àqueles mecanismos e/ou nos traços que lhe são, eventualmente, particulares.

Daí que tenhamos privilegiado debater a relação «Serviço Social, Marginalização e Política Social» através das perspectivas teórico-culturais e/ou socio-políticas que, de modo mais significativo, moldam diferentes abordagens dos problemas associados a fenómenos de marginalização (os designados problemas sociais), em contexto dos países ocidentais. A ênfase do debate será colocada nos quadros de

* Docente no ISSS do Porto.

¹ Este artigo é uma versão revista das participações sobre o tema, apresentadas em seminários organizados no âmbito dum projecto inter-universitário de cooperação entre escolas de Serviço Social (TEMPUS JET 4191), que envolveu a participação de docentes da Escola Universitária de Trabalho Social de Barcelona, Universidade de Ljubljana-Eslovénia, Universidade Janus Pannonius de Pécs-Hungria e Instituto Superior de Serviço Social do Porto, desenvolvido de 1992 a 1995 com o apoio do Programa TEMPUS.

análise que influenciam e informam aquelas perspectivas, mais especificamente no modo como têm sido incorporados e/ou problematizados pelo Serviço Social, em momentos particulares do seu percurso e/ou na diversidade que actualmente caracteriza a profissão. Desse modo são também abordados alguns dos traços distintivos da intervenção profissional, nomeadamente os que a demarcam doutras formas de intervenção, sejam de natureza profissional e contextualmente concorrentes, ou do tipo das práticas voluntárias que historicamente a antecedem e que, em certa medida, vêm sendo revitalizadas na actualidade.

«Reparação» Moralizadora (e/ou punitiva) na modelação da «ajuda» ao pobre/marginalizado.

Nas sociedades tradicionais, as necessidades e/ou condições de vida das populações marginalizadas (económica, social e politicamente) são mantidas na esfera da responsabilidade privada (do indivíduo, família e/ou da sociedade religiosa), reforçada pela acção punitiva de medidas accionadas pelo Estado para proteger a sociedade dos indivíduos «problemáticos» e/ou punir os «falsos necessitados».

Só quando os fenómenos de marginalização e/ou privação são perspectivados como problemáticos para a sociedade (assim adquirindo a designação de sociais) são tomados como uma questão de interesse público, a serem tendencialmente incluídos na esfera de competências dos poderes políticos. As necessidades sociais que lhe estão associadas deixam de ser considerados exclusivamente como uma questão «privada», cuja solução é imputada à responsabilidade dos indivíduos ou famílias afectados, para se tornar uma «questão pública», do interesse geral e responsabilidade do colectivo social numa passagem mediada pela acção do Estado através da Política Social.

Retomemos as abordagens que tradicionalmente tendem a considerar os problemas sociais como questões privadas, a enfrentar pelo indivíduo (ou família) e, subsidiariamente pela acção reparadora da caridade mais ou menos organizada. A extensa manifestação dos fenómenos de marginalização sempre suscitou (e continua suscitando) a organização da caridade e/ou da solidariedades privadas na base de outras prioridades, que não as reais necessidades da população marginalizada, nomeadamente a moralização da vida social e/ou a racionalização de recursos.

Dentre as tradicionais organizações privadas de caridade, muitas das quais permanecem e/ou foram revitalizadas em contexto europeu, referimo-nos particularmente às designadas Charity Organization Society (COS), considerada a sua histórica influência na delimitação dos contornos do Serviço Social nos países industrializados do ocidente.

Estas organizações de caridade, que os assistentes sociais sempre identificaram como o quadro de emergência da profissão, baseavam a sua acção no entendimento de que «o pobre era pobre porque se recusava a trabalhar», propondo-se impedir as «fraudes», controlar e/ou punir socialmente os «falsos» necessitados e «servir» os «verdadeiramente necessitados», através da subordinação da «ajuda» (ou reparação da necessidade) a critérios morais.

Subjacente um quadro de valores do designado «Darwinismo Social», centrado na ideia de que do conflito social resultará o triunfo da «competência dos mais aptos»². Neste quadro o discurso associado aos «vencidos» é irracional, contrário à ideia de «progresso» (que inevitavelmente exclui os mais fracos). Desse modo é legitimada e racionalmente defendida a responsabilização do «pobre» e/ou excluído pela pobreza e/ou outras vulnerabilidades.

Nesta óptica os problemas sociais são atribuídos à incapacidade dos indivíduos, incapazes para um contributo positivo (funcional) na sociedade e, conseqüentemente um obstáculo à ideia de «progresso»³. Justifica-se a punição e/ou marginalização dos «responsáveis» pelos problemas (os indivíduos afectados e suas famílias), para prevenir ou eliminar da sociedade os membros não contributivos. A «ajuda», pela assistência filantrópica ou caritativa é considerada, no mesmo quadro de valores, como basicamente geradora de dependência e da manutenção (ou eventual agravamento) dos problemas sociais, conseqüentemente perspectivada pela lógica moralizadora de prevenção das (eventuais) fraudes e/ou abusos.

Em correspondência com esse entendimento, prevalece o carácter residual e selectivo da ajuda, sempre inferior à real necessidade dos indivíduos seleccionados (em função das suas características pessoais) e dependente da vontade de quem a concede. Esta a perspectiva que parece ser veiculada pela reactualização de práticas tradicionais, justificada e apoiada em propostas de «moralização» (prevenção da fraude e/ou da subsídio-dependência) e/ou de «solidariedade» (seja baseada na tradicional prática da caridade ou numa relação contratual conforme regras do mercado).

Qualquer pretendida consensualidade na abordagem (tradicional ou moderna) dos designados problemas sociais, com que por vezes se busca legitimar o formato das políticas e práticas institucionais, remete o seu debate para os quadros teórico-culturais e/ou socio-políticos que a sustentam e, eventualmente problematizam. De

² Comissão Gulbenkian Sobre a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *para abrir as Ciências Sociais* (Relatório), Europa-América, Lisboa.

³ KEEFE, T. e MAYPOL, D. (1993), «Social-Historical Context» in *Relationships in Social Service Practice: Context and Skills*, Brooks/Cole, Montey, Califórnia.

igual modo a pretensa uniformidade que subjaz a algumas das formulações do Serviço Social, nomeadamente as tendências que, no contexto europeu, vêm sendo moldadas pelo discurso da crise de valores e/ou da racionalização de recursos remete-nos para os vectores que concorreram para a sua institucionalização e, ontem como hoje, tendem a moldar a intervenção dos assistentes sociais.

Nas sociedades industrializadas do ocidente a institucionalização do Serviço Social é historicamente marcada pela articulação de dois vectores principais, que se interpenetram e reforçam mutuamente na delimitação dos contornos gerais e tendencialmente uniformizadores da profissão. Dentro desses limites gerais são (tendencialmente) integradas (ou rotuladas de marginais) as orientações divergentes e/ou que problematizam diferentemente a abordagem dos problemas sociais, sejam radicadas em tradições teórico-culturais e/ou em particularidades nacionais.

- Um primeiro vector é referenciado ao contexto de edificação de um projecto socio-político, reformador e/ou de modernização da sociedade, no qual se inscrevem e são delimitados os traços gerais da profissão e que (tendencialmente) desvalorizaria as tradicionais práticas de assistência privada (filantrópicas e/ou caritativas). A institucionalização do Serviço Social ocorre num contexto de desvalorização de anteriores práticas assistencialistas, como também das tradicionais formas coercitivas de controle social, e simultaneamente de edificação de um novo modo de abordar as questões sociais. Neste quadro, os problemas de marginalização/privação são tendencialmente tomados com questão de interesse público, suscitando intervenções socio-políticas que rompem com o voluntariado (e voluntarismo) das tradicionais formas privadas de ajuda aos «pobres e marginalizados». A profissionalização do Serviço Social significou (apenas neste aspecto) uma ruptura com o voluntariado das actividades (e dos agentes) da assistência filantrópica, mas ao mesmo tempo incorporou (em níveis e graus diversos conforme os contextos socio-políticos) valores e procedimentos que lhe eram próprios. Daí a histórica polarização da intervenção dos assistentes sociais, nas suas variadas e sempre renovadas expressões, de que são exemplo (entre outros) a tradicional ambivalência (e tensão) entre a prestação de serviços versus acção educativa e/ou terapêutica, entre problemas sociais versus indivíduos com problemas.
- Um segundo vector de análise refere-se à matriz teórico-cultural que informa a institucionalização da profissão nos países ocidentais. Esta matriz constituiu-se pela articulação duma racionalidade positivista (técnico-instrumental) com a tradição filosófica de um humanismo cristão (e conservador), incorporando (ou não) o ideário individualista. Afirma-se como um quadro geral que

legítima e sustenta, no plano teórico-cultural, as orientações para uma privatização dos designados problemas sociais (mesmos quando considerados uma questão para a sociedade), remetendo as suas causas para traços ou fragilidades dos indivíduos. Um quadro positivista que legitima a subalternização da intervenção relativamente à reflexão e a fixação do Serviço Social no terreno da execução. Reduzida esta à aplicação de procedimentos técnicos e/ou modelos operativos dispensa-se de um quadro de leitura da sociedade e factores de marginalização económica, social e cultural. Esta subalternização da intervenção (consequentemente dos problemas sobre que incide) é reforçado por uma tradição filosófica que, na base da suspeição do pensamento secularizado faz apelo aos valores tradicionais para humanizar as técnicas e, sobretudo, para relativizar os problemas/necessidades sociais face à prioritária moralização da sociedade.

Nos países europeus de tradição católica a emergência da profissão está marcadamente associada a um projecto conservador, que se propunha reformar a sociedade pela moralização da vida social e restauração dos valores da família tradicional. Referimo-nos ao designado de «Catolicismo Social», um quadro ético-moral e modo de intervenção na sociedade, um projecto socio-cultural que evoluiu para um projecto socio-político de oposição às ideias e propostas liberais, configurando-se como uma proposta de reforma da sociedade pela restauração de padrões culturais e quadros de vida e de trabalho típicos da organização social pré-capitalista. A partir do seu núcleo central, *Le Play* e a sua Escola, expande-se na Europa do séc. XIX e moldará a abordagem dos problemas de marginalização e exclusão, constituindo-se também a matriz original do Serviço Social europeu. É conhecida a sua influência na institucionalização e orientação da formação nas primeiras escolas de Serviço Social nos países europeus com tradição de um catolicismo conservador, de que é exemplo o caso de Portugal sobretudo nos primeiros anos do Salazarismo.

Dentro da mesma tradição cultural, o designado catolicismo social «progressista» (em contexto de final do séc.) nucleado pelos princípios doutrinários (doutrina social) re-actualizados por Leão XIII, para responder às questões que se colocavam nas sociedades industrializadas do seu tempo, prolongará a sua influência no Serviço Social sendo adoptado como único (e excludente) quadro ético-filosófico da profissão para a generalidade das escolas e dos profissionais. Este quadro, construído pela revitalização da filosofia tomista (neo-tomismo) é difundido e proposto como grelha de leitura dos fenómenos de marginalização e/ou exclusão económica e social e, simultaneamente, um guia para a intervenção na sociedade e solução para os problemas ditos sociais. Em reforço da importância e actualidade deste quadro teórico-cultural refira-se a sua extensa (re)vitalização, quer através da difusão da doutrina social de Leão XIII (tornada actual nos anos 90), como também através de

propostas de intervenção face aos extensos problemas de marginalização ou exclusão social, algumas das quais apenas transpõem (sem outras mediações) para a actualidade soluções engendradas há mais de um século.

A subordinação do Serviço Social àquela matriz filosófico-doutrinária tem como corolário a aceitação da tese de que o mundo (homem e sociedade, tal como a natureza) constitui a ordem natural subordinada, ou a subordinar, a uma ordem sobrenatural, com a conseqüente naturalização das desigualdades sociais e/ou fenómenos de marginalização, mesmo que de expressão diferenciada conforme o quadro das políticas estatais e tradições históricas e culturais de cada país. Adoptando o primado da moral na interpretação das questões sociais e/ou no enfrentamento das suas manifestações no quotidiano da vida dos indivíduos e famílias, o Serviço Social incorpora uma certa desconfiança/desprezo pelas contribuições do pensamento científico secularizado (não humanizado), com o que se reforça e legitima o pragmatismo empiricista da intervenção.

Este quadro filosófico-doutrinário, sem deixar de moldar o pragmatismo da intervenção dos assistentes sociais será progressivamente desvalorizado com a laicização da profissão, através das influências a que se torna permeável, nomeadamente do Serviço Social norte-americano no pós-guerra, ou ainda pela busca de mais diversificados enquadramentos teóricos e técnico-operativos em períodos mais recentes.

O Serviço Social norte-americano, menos permeado pela influência do catolicismo, constituiu a sua matriz original a partir de um quadro ético-filosófico mais flexível, um humanismo cristão que incorporava o ideário liberal que tornou a profissão mais permeável às contribuições teóricas das ciências sociais de raiz positivista. São disso expressão os desenvolvimentos técnico-instrumentais com que buscava a operacionalidade e eficácia da intervenção, perspectivada por uma abordagem que, de acordo com aquele quadro, reduz os problemas sociais às suas manifestações individualizadas e/ou como efeitos perversos dos processos de modernização (económica), ou seja, como questões privadas de origem e responsabilidade individual ou familiar.

A mediação política na regulação pública dos «problemas sociais»

A profissionalização do Serviço Social ocorre pela institucionalização da qualificação dos seus agentes e enquadramento institucional de intervenção, o que significa a sua vinculação às dinâmicas societais em que se inscreve⁴.

⁴ NETTO, José Paulo (1992). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, S. Paulo, Cortez.

A condição de «profissional» significa que o desempenho não depende da vontade própria mas de uma qualificação conforme procedimentos reconhecidos pelo Estado, caucionadora do acesso ao mercado de trabalho e/ou do enquadramento institucional da intervenção em organizações públicas ou privadas. Este enquadramento significa a vinculação da intervenção profissional a processos que escapam ao seu controle, decorrentes das organizações de enquadramento, como tal inscrita na dinâmica geral da sociedade.

Como é sabido a «qualificação» profissional é institucionalizada (e esclarecida) no contexto das mudanças (económicas, sociais e políticas) verificadas nas sociedades industriais do ocidente, no final do século ⁵, sendo justificada e legitimada num quadro estratégico de abordagem dos fenómenos de marginalização. Mais do que a extensa visibilidade das manifestações daqueles fenómenos no quotidiano de vida das populações concentradas nas cidades industriais, foi o reconhecimento político do seu potencial erosivo e/ou socialmente destabilizador que exigiu novas mediações para lidar com as questões sociais nos países de capitalismo democrático. Por exigências socio-económicas, redefine-se um novo quadro de interpretação dos problemas sociais, constituído a partir duma progressiva erosão do ideário individualista do liberalismo e incorporação de elementos dum humanismo igualitário.

Através do protagonismo e acção organizada de movimentos sociais e políticos (sindicatos e partidos), radicais e/ou reformadores, a extensa marginalização e/ou exploração dos trabalhadores e suas famílias ascendem à arena do debate público, o que colocava a questão da coesão social na agenda das prioridades políticas. Nesta perspectiva o enfrentamento daqueles problemas é deslocado para o espaço da esfera pública, a ser (ainda que não necessariamente) inscrito na agenda das prioridades políticas.

O foco da observação desloca-se para a compreensão dos factores estruturais e papel das forças sociais na criação e sustentação da pobreza, opressão e marginalização social dos grupos mais vulneráveis. O foco da acção reparadora sobre os indivíduos em situação de reconhecida vulnerabilidade social, a ajuda filantrópica/caritativa aos que a merecem ou as acções punitivas para os restantes, tende a ser deslocado para a reforma da sociedade como garantia de coesão e estabilidade social.

As desigualdades sociais não só são reconhecidas como reclamam crescentemente a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e de trabalho. O Estado envolve-se progressivamente numa abordagem pública dos problemas sociais, com expressão na institucionalização de novos mecanismos

⁵ Atente-se à criação das primeiras escolas de Serviço Social no final do séc. passado, EUA (1898) e Alemanha (1898).

de regulação social (legislação social e laboral, esquemas de protecção contra riscos e/ou assistência pública para os grupos mais vulneráveis). Estes mecanismos são institucionalizados no âmbito da acção do Estado como complementares da regulação pelo mercado e simultaneamente compensatórios das insuficiências da família e assistência filantrópica, configurando a Política Social nas sociedades industrializadas e de democracia liberal.

Estes processos, pela sua natureza política e estratégica, exigem (e justificam) «novos» e/ou mais «adequados» mecanismos de mediação (jurídico-administrativos, político-institucionais, ideológico-culturais e/ou socio-profissionais) que contextualizam a institucionalização do Serviço Social como profissão. A crença dominante nos contributos da técnica para a modernização da sociedade traz associada a exigência de racionalidade das reformas e, conseqüentemente reforça a necessidade de qualificação de agentes adequados (os assistentes sociais entre outros profissionais) à sua formulação e implementação.

Refira-se a este propósito, o caso Alemanha de Bismark onde a institucionalização das primeiras medidas de política social (os seguros sociais obrigatórios) no final do século, ocorre a par da institucionalização da qualificação académica dos novos profissionais. Ou ainda o caso dos EUA com a criação do curso de Serviço Social no quadro da universidade, através do pioneirismo de algumas trabalhadoras sociais, com destaque para Jane Adams pelo seu protagonismo político na liderança do movimento das «Settlement House», como também na elaboração e implementação de políticas e programas de «reforma gradual e democrática» da sociedade.

A profissionalização do Serviço social surge historicamente associada à introdução da mediação política na abordagem dos problemas sociais como uma questão pública. A intervenção profissional, desde a sua institucionalização aos mais recentes desenvolvimentos e orientações, está assim vinculada à política social e ampliação dos poderes do Estado na regulação social.

Também desde a sua institucionalização o Serviço Social é permeado pela ambivalência que caracteriza as estratégias de abordagem pública dos problemas de marginalização, com expressões várias no seu percurso histórico. Na sua emergência, a profissionalização dos assistentes sociais foi polarizada em torno de duas tendências, concorrentes na definição dos contornos e orientação da intervenção profissional, na base das respectivas perspectivas de abordagem dos problemas sociais nas sociedades industrializadas ⁶:

- Uma desenvolvida por Mary Richmond (Nova York) a partir da experiência das «Charity Organization Society», tendendo a defenir os problemas sociais

⁶ ZASTROW, Charles (1986), *Social Welfare Institutions*, Dorsey Press, Chicago.

pelas suas manifestações individualizadas, como incapacidade do «cliente» para lidar (ou se ajustar) com a sua situação social. Perspectiva o Serviço Social pelo modelo caritativo, como acção de auxílio individualizado e sobretudo de «aconselhamento» do «cliente», posteriormente racionalizada como acção de natureza terapêutica pela incorporação da influência da terapia Freudiana.

- Outra perspectivada por Jane Adams (Chicago) que associa o Serviço Social às «reformas societais» a promover pela acção local e medidas de política social, complementadas por acções de cunho educativo (relativo aos valores e competências exigidas pela industrialização). Os problemas sociais resultam, nesta abordagem, das modernas condições de vida nas grandes cidades, engendradas pelos processos de industrialização e concentração urbana, cujo enfrentamento se coloca com uma questão de interesse público.

Esta diversidade será integrada e tendencialmente anulada no quadro da matriz teórico-cultural de origem, que moldará a abordagem (pública) dos problemas sociais pelo quadro ético-moral das tradicionais práticas caritativas e/ou filantrópicas e/ou por uma racionalidade técnico-instrumental (originária dum pensamento social secularizado). Desse modo o Serviço Social afasta-se progressivamente do terreno em que emerge, uma abordagem pública dos problemas sociais inscrita num projecto reformador de natureza socio-política. Desse modo a intervenção profissional tenderá a não potenciar o seu vínculo histórico à mediação de políticas sociais, particularmente nos desenvolvimentos que persistentemente tendem a perspectivar o Serviço Social por numa abordagem psicologizante daqueles problemas de marginalização social.

Psicologização dos «problemas sociais» na orientação terapêutica da intervenção

No período entre as guerras, face à extensão dos problemas sociais, efeitos da guerra e crise económica, o descrédito na ideia de progresso do Darwinismo Social faz-se acompanhar de uma certa descrença na intervenção dos governos e/ou nas possibilidades de reforma social. Ainda que não tenham sido eliminadas as reformas introduzidas, a ideia de transformação global, democrática e gradual da sociedade é abandonada e/ou desacreditada.

Tornam-se prevaletentes as interpretações que tomam os problemas sociais pelas suas expressões mais ou menos individualizadas, conforme o foco de análise entendidas como traços psicológicos e/ou psico-sociais, desvio à norma e/ou desorganização, com o que se justifica as intervenções de tipo terapêutico e/ou ressocialização.

lizante sobre a fonte ou causa dos problemas de privação e marginalização (indivíduos, famílias e/ou o seu meio próximo).

Nesta deslocação do foco de abordagem dos problemas sociais o Serviço Social norte-americano re-elabora a sua matriz teórico-cultural através de uma mais extensa integração de contributos do pensamento social da época, as teorias de raiz positivista (psicológicas, sociológicas ou socio-psicológicas) que buscavam responder à questão de como manter a ordem e consenso entre os vários elementos da sociedade.

Por um lado, citando autores norte-americanos diríamos que o Serviço Social se enamorou pela psicologia e terapia Freudiana, no que se destaca o pioneirismo de Mary Richmond, redefinindo o cliente (indivíduo ou família) como fonte de problemas e, conseqüentemente, tomado como objecto de intervenção (terapêutica) dos assistentes sociais ⁷. Por outro os desenvolvimentos funcionalistas das teorias sociais norte-americanas, colocando a ênfase da análise social no comportamento dos actores e/ou nos actores, seus pensamentos e acções ⁸, fornecem ao Serviço Social a visão do mundo (homem e sociedade) e noções interpretativas dos problemas de marginalização e/ou exclusão que racionalmente justificam as orientações terapêuticas e/ou ressocializantes da intervenção.

É partilhada a noção geral de que a sociedade e fenómenos sociais são parte dum ordem natural, cuja estabilidade e coesão é mantida através de valores simbólicos e/ou ético-morais, normas e instituições sociais, os quais são consensualmente aceites e, conseqüentemente deverão ser respeitados pela generalidade dos indivíduos. Em correspondência a esta leitura idealizada (e naturalizada) da organização da sociedade, os problemas sociais (pobreza, marginalidade ou outros) apenas podem ser descritos e explicados por características do indivíduo (físicas, psíquicas ou morais), da família (desorganização, desajustamento ou outras disfunções) e/ou ao nível sub-cultural de certos grupos de população (colocados em desvantagem pelos seus próprios valores culturais).

Assim os problemas sociais são retirados do terreno da decisão política e o seu enfrentamento explícita ou implicitamente desvinculado da responsabilidade pública ou colocados como não questão para a sociedade (perspectivada como sistema social), com o que se acentuará uma interpretação psicologizante dos mesmos. Este modelo de interpretação das questões sociais e orientação terapêutica da intervenção do Serviço Social são transpostos para a Europa do pós 2.ª Guerra, por influência das ideias e visão de mundo veiculadas pelos Estados Unidos, nomeada-

⁷ KEEFE, T. e MAYPOL, D. (1993), «Social-Historical Context» in *Relationships in Social Service Practice: Context and Skills*, Brooks/Cole, Montey, Califórnia.

⁸ Refira-se, entre outros, os contributos de autores como: George Herbert Mead, *Mind, Self and Society* ou Talcott Parsons, *The Structure of Social Action*.

mente através dos apoios financeiros e/ou tecnológicos garantidos no âmbito do plano Marshall.

O Serviço Social europeu, como referíamos menos permeável aos pensamento social de raiz positivista, adoptará aqueles modelos operativos sem romper com a tradição cultural (católica) que o promovera, tendendo a integrá-los dentro do quadro filosófico-doutrinário do catolicismo social. Esta integração será necessariamente permeada de contradições entre, por um lado, os contributos dum pensamento social secularizado (desenvolvimentos funcionalistas das ciências sociais de raiz positivista) que tomam a realidade pelos factos observáveis e objectivados e, por outro lado, as interpretações filosóficas da doutrina social (católica) que se opõe àquelas interpretações dos fenómenos sociais subordinando a ordem natural (homem e sociedade) a uma ordem sobrenatural idealizada.

De comum uma leitura idealizada da sociedade (tal como a natureza ordenada, equilibrada e, também, naturalmente coesa e consensual) e a conseqüente naturalização dos fenómenos de marginalização, privação e exclusão social, tomados estes pelas suas manifestações objectivadas (observáveis ao nível dos indivíduos e/ou famílias). Estas noções que o Serviço Social integra na sua matriz teórico-cultural, como modelo interpretativo dos problemas sociais e, simultaneamente, como fundamento e justificação das práticas, sejam empiricistas ou, mais ou menos racionalizadas pela utilização de procedimentos técnico-operativos.

No seio da profissão não é uniforme a interpretação daquele quadro teórico-cultural, dependente da maior vinculação ao pensamento secularizado ou às orientações da doutrina social da Igreja. Uma certa tensão entre essas perspectivas, cujas contradições são associadas às incompatibilidades das noções que integram, resultará numa tendência para progressiva laicização da profissão (mais permeável à recepção dos contributos das ciências sociais) e, simultaneamente numa certa radicalização do pragmatismo que se dispensa os quadros teóricos e analíticos sobre a sociedade e os problemas sociais.

Em qualquer das interpretações o Serviço Social integra e interioriza os pressupostos da sua subalternidade:

- uma divisão hierarquizada do saber, a que corresponde a subordinação da intervenção a noções que lhe são fornecidas pelas disciplinas sociais ditas científicas (e/ou a princípios éticos e valores sobre-naturais) e uma quase mistificação dos procedimentos operativos (tomados como objectivos profissionais);
- a naturalização dos problemas de marginalização/privação, tomados pelas suas manifestações individualizadas como também a privatização das «soluções», de acordo com os mesmos pressupostos primariamente da responsabilidade individual e/ou familiar.

Na base destes pressupostos, a intervenção profissional será fixada como acção junto (sobre) os indivíduos e famílias «problemáticos», uma acção terapêutica e/ou educativa que re-actualiza as tradicionais práticas de ajuda (racionalizadas pela utilização de procedimentos técnico-operativos). O Serviço Social, particularmente em contexto europeu, auto-excluiu-se (e/ou é excluído) duma abordagem dos problemas sociais como questão de interesse público com o que se desvincula dos processos de mediação política, fixando-se no terreno supostamente neutro da «execução terminal das políticas sociais» através da administração de serviços e/ou apoios de tipo psicológico ou psico-social aos excluídos.

Recontextualizando a marginalização social: em questão a racionalização de recursos ou o interesse público.

O Serviço Social ao integrar elementos originários de matrizes teórico-culturais várias, e eventualmente incompatíveis, incorpora e reproduz tensões conceptuais que concorreram para a laicização da profissão e se constituem factor, entre outros, de re-construção da sua matriz (ou matrizes) disciplinar. Aquela aparente vulnerabilidade tornou o Serviço Social permeável a outras leituras da sociedade e problemas sociais, potenciando a diversificação dos seus quadros teórico-metodológicos e, eventualmente, uma ruptura com a sua matriz teórico-cultural convencional (de origem e/ou desenvolvimentos posteriores) e a redefinição do seu tradicional espaço de intervenção nos processos de regulação social.

Esta diversificação do referencial abstracto da profissão vem sendo elucidada em análises produzidas pela categoria profissional, também elas partindo de pressupostos lógicos diferenciados:

- Umas, inscritas na matriz convencional, ainda que privilegiem uma visão pragmática da acção profissional não se têm dispensado de reflectir a teoria (ou teorias) que enformam os modelos de intervenção adoptados.
- Outras, numa perspectiva crítica, vêm privilegiando a adopção de estatutos teóricos que possam elucidar a dinâmica da realidade social e constituir-se em referencial abstracto que, num dado contexto socio-histórico, enforma e orienta a acção profissional.

Sobre a referida diversidade são elucidativas as análises e debates em torno da questão dos paradigmas do Serviço Social⁹, com o que se designa as referências

⁹ Refira-se, dentre outras: HOWE, David (1987) *An Introduction to social Work Theory*, Aldershot, Hants, Wildwood House.

analíticas e conceptuais que balizam e direccionam a intervenção do assistente social num dado momento histórico. Conforme a análise desenvolvida por David Howe, os diversos paradigmas de referência elucidam a diversidade das práticas e projectos profissionais que, na actualidade, caracterizam o Serviço Social na área das ciências sociais e humanas, como também esclarece a não uniformidade do perfil (ou perfis) profissional do assistente social, qualquer que seja o espaço e campo de intervenção.

As correntes do Serviço Social que têm adoptado uma perspectiva crítica (ou de ruptura) relativamente à matriz teórico-cultural mais convencional (porque partilhada por mais amplos sectores profissionais) tendem a deslocar o enfoque da análise, das tradicionais explicações individualistas e/ou psicologizantes dos problemas de marginalização/privação, para o quadro institucional e contexto societal em que podem ser descritos e explicados ¹⁰.

Parte-se do entendimento de que numa sociedade marcada pela oposição de grupos e interesses em competição, as desigualdades sociais (de riqueza, estatuto e poder) são estruturadas em função da situação de classe, género, raça, religião ou outros factores de marginalização/privação, não imputáveis a traços ou falhas pessoais, da responsabilidade dos indivíduos e/ou famílias. Nesta perspectiva, os problemas sociais são analisados e explicados a nível estrutural da sociedade, pelo que não podem ser resolvidos por procedimentos técnico-operativos (de natureza terapêutica e/ou ressocializante) e/ou por mecanismos administrativos de controle social.

Na actualidade, como noutros contextos históricos, o confronto com fenómenos de ampliação da pobreza e marginalização de grupos específicos e/ou sectores mais ou menos alargados da população, a par da extensa inserção da intervenção profissional nos processos de regulação desses fenómenos, vêm suscitando no Serviço Social uma tendência à polarização das abordagens dos problemas que lhe estão associados.

- Umhas que tendem a acentuar as dimensões gestonária e/ou terapêutica da intervenção dos assistentes sociais, subsidiadas e reforçadas pela utilização de contributos teóricos e procedimentos técnicos (e/ou administrativos) originários das disciplinas sociais e humanas. Assim, a extensão dos problemas de marginalização e privação que todos conhecemos no espaço europeu, em con-

¹⁰ Dois movimentos merecem particular destaque neste processo de renovação do Serviço Social: a) movimento de Reconceptualização na América Latina; b) Serviço Social radical no Canadá e E.U.A..

texto de crise económica e social, parece ter vindo a revitalizar e/ou reforçar no Serviço Social ¹¹:

- a tendência privatista e psicologizante dos problemas sociais com uma acentuada orientação terapêutica da intervenção profissional (qualquer que seja a unidade de intervenção e problemática trabalhada),
- em articulação e/ou complementada por uma perspectiva gestonária, moldada pela lógica da prioritária racionalização de recursos como objectivo social (e consequentemente profissional) e modelo orientador da prestação de serviços às populações.
- Outras que vêm questionando a funcionalidade do Serviço Social às formas de controle e administração dos problemas sociais, particularmente pelo confronto da sua extensão e reforço na proporcionalidade da extensão das manifestações dos processos de marginalização e/ou privação ao nível das condições de vida e de trabalho dos indivíduos e famílias (que constituem a clientela do assistente social). Nesta linha são paradigmáticos os desenvolvimentos iniciados com o movimento de reconceptualização da A.L. e que se prolongam, a partir da década de 70, através das diversas correntes do designado Serviço Social Radical (Canadá e E.U.A.).

Numa primeira fase, os questionamentos no seio do Serviço Social tenderam a acentuar a explicação estrutural (determinista) dos problemas sociais e, consequentemente, negar a acção nas instituições (em particular as estatais) pela desvalorização da política social no atendimento de necessidades sociais. A mudança ao nível societal mais amplo (em oposição ao nível individual) é por isso entendida como forma de enfrentamento dos problemas sociais e, consequentemente colocada como objectivo profissional.

A partir dos anos 80, em contexto de desvalorização dos direitos sociais e retracção do designado Estado de Bem-Estar, a par da extensa visibilidade dos problemas e processos de marginalização e/ou privação, vêm sendo amadurecidas e consolidadas no Serviço Social perspectivas críticas de enfoque dialéctico ¹² na

¹¹ LORENZ, Walter (1991), «Social Work Practice in Europe: Continuity in Diversity» in: *Social Work and the European Community*, J. K. P. Ltd, Londres.

¹² Baseamo-nos nas contribuições da já designada «Escola» do Serviço Social Estrutural (Canadá e E.U.A.), particularmente MULLALY, Robert (1993), *Structural Social work: Ideology, Theory and Practice*, McClelland Stewart, Toronto-Canadá.

Sobre esta questão consideramos exemplar o percurso recente do Serviço Social no Brasil, a justificar uma referência particular para a profissão. Esta experiência não é aqui valorizada dado ser comum, entre os colegas europeus, negar o interesse dos contributos produzidos em contexto Latino-Americano pela sua eventual inadequação para o espaço europeu.

abordagem dos problemas sociais e orientação teórico-metodológica da intervenção profissional. Dentre outras, refira-se o designado Serviço Social Estrutural cuja ênfase é colocada na reflexão crítica da sua vinculação histórica aos poderes do Estado e Política Social, para daí retirar orientações para a sua intervenção na realidade contemporânea.

Nesta perspectiva o Serviço Social rejeita uma leitura descontextualizada e naturalizada dos processos sociais que se traduz numa visão idealizada da acção e política estatal e, conseqüentemente, numa intervenção focalizada nas manifestações individualizadas dos problemas sociais e psicologização do seu «tratamento».

De igual modo considerará inadequadas as interpretações deterministas que caracterizaram a ortodoxia das críticas e propostas estruturalistas da categoria profissional (ou de sectores mais radicalizados). Tal como a tradição mais convencional esta corrente constrói falsas dicotomias entre o indivíduo e o mundo social, agora pela sua ênfase nas determinações sociais rompe radicalmente com aquela tradição e reorienta a intervenção para a mudança a nível societal.

O enfoque dialéctico enfatiza as contradições e tensões que caracterizam a sociedade e processos sociais contemporâneos focalizando, ao nível da análise, as relações entre os indivíduos (e seus problemas) e o contexto societal pela mediação da organização e acção (política) do Estado (nomeadamente a política social). A abordagem das diversas formas de marginalização social (económica, sexual, racial, religiosa ou outras), suas relações mutuas e relevância para os grupos marginalizados, nesta perspectiva é sempre mediada pelos poderes do Estado, no sentido do seu reforço e naturalização e/ou das necessidades e autonomia da população marginalizada. A mediação estatal, pela sua natureza estratégica, potencia simultaneamente diferentes alternativas na abordagem dos problemas sociais, ou seja: como dificuldades ou perturbações privadas (do sujeito individual), logo excluídas da esfera de competências dos poderes públicos e/ou como problemas da (e para) sociedade, transformadas em questões públicas e como tal inscritas na agenda das prioridades políticas.

Muitos dos problemas que hoje atingem os indivíduos e famílias que recorrem aos serviços sociais, quaisquer que sejam os factores ou manifestações da situação de privação e/ou marginalização, têm a sua génese ou são consequência de processos globais e/ou transformações à escala internacional ou mundial. O conhecimento dos factores de ordem estrutural, que permitem contextualizar e compreender aqueles problemas, coloca-se hoje como uma exigência para o Serviço Social, nomeadamente:

- como possibilidade única de melhorar a sua própria capacidade de intervenção face a processos de privação e/ou marginalização, facilmente ocultados

pela premência e crescente extensão das suas manifestações individualizadas, cuja reflexão se coloca como exigência profissional;

- como exigência social de abordagem dos problemas/objecto de intervenção dos assistentes sociais como questão de interesse público, crescentemente reclamada pelas múltiplas e complexas expressões localizadas de processos de marginalização e situações de risco social de origem mais ou menos longínqua;
- como contributo à mobilização e/ou reforço das capacidades daqueles que sendo vítimas dos processos de marginalização estão privados do potencial (humano e social) necessário para compreensão e construção de respostas (individuais ou colectivas) para as questões que os envolvem.

Face à extensão e natureza dos problemas com o Serviço Social é hoje confrontado, a tradicional intervenção psicologizante ou terapêutica (ao nível individual ou familiar) tomando os problemas sociais pelas suas manifestações (pobreza, angústia, desemprego, violência, insegurança, doença ou outras) constitui-se em si mesma factor de marginalização. Dos contributos da profissão para o enfrentamento público daqueles problemas, pela sua deslocalização do espaço privado para o terreno das questões públicas dependerá, na nossa perspectiva, a legitimação social e teórica do Serviço Social na actualidade.